



Demonstrações financeiras

Azulão Geração de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Azulão Geração de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azulão Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azulão Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5

Demonstrações financeiras

Balço Patrimonial.....	3
Demonstrações dos Resultados.....	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

01 Contexto operacional _ 09

02 Licenças e autorizações _ 09

03 Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras _ 09

04 Resumo das principais práticas contábeis _ 10

05 Estimativas e julgamentos contábeis críticos _ 11

06 Caixa e equivalentes de caixa _ 11

07 Títulos e valores mobiliários _ 11

08 Estoque _ 12

09 Imposto a recuperar e diferido _ 12

10 Imobilizado _ 14

11 Fornecedores _ 15

12 Endividamento _ 16

13 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Riscos _ 18

14 Partes relacionadas _ 20

15 Patrimônio Líquido _ 21

16 Despesas por natureza _ 22

17 Resultado financeiro _ 22

18 Eventos subsequentes _ 23

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8	545.227
Títulos e valores mobiliários	7	10	8.764
Contas a receber		194	-
Estoques	8	1.098	157
Despesas antecipadas		608	2.921
Imposto a recuperar	9	1.264	272
Adiantamentos diversos		139	135
		3.321	557.476
Não circulante			
Adiantamentos diversos		112	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	10.011	3
		10.123	3
Imobilizado	10	2.089.395	1.359.843
		2.099.518	1.359.846
Total Ativo		2.102.839	1.917.322

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	168.688	33.315
Empréstimos e financiamentos	12	62.938	4.246
Arrendamento	10 (b)	8.856	182
Outros impostos a recolher		957	2.440
Obrigações sociais e trabalhistas		2.859	1.324
Participações nos lucros		3.642	2.761
Outras obrigações		2.115	1.836
		250.055	46.104
Não circulante			
Fornecedores	11	-	11.760
Empréstimos e financiamentos	12	850.345	836.143
Arrendamento	10 (b)	31.987	233
Operações comerciais com partes relacionadas	14	4.038	3.440
		886.370	851.576
Total do Passivo		1.136.425	897.680
Patrimônio líquido			
Capital social	15	927.062	1.024.410
Adiantamento para futuro aumento de capital		60.967	-
Prejuízos acumulados		(21.615)	(4.768)
Total do patrimônio líquido		966.414	1.019.642
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.102.839	1.917.322

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas/Receitas operacionais	16		
Gerais e administrativas		(19.654)	(4.995)
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.280)	15
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(22.934)	(4.980)
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		1.141	1.616
Despesas financeiras		(5.062)	(372)
Resultado antes dos tributos sobre o prejuízo		(26.855)	(3.736)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o prejuízo			
Diferido	9	10.008	3
Prejuízo líquido do exercício		(16.847)	(3.733)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(16.847)	(3.733)
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes		
Outros resultados abrangentes	-	7.070
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(16.847)	3.337

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2019	188.043	22.127	(7.070)	(1.035)	202.065
Transações com acionistas:					
Aumento de capital	814.240	-	-	-	814.240
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	22.127	(22.127)	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(3.733)	(3.733)
Outros resultados abrangentes:					
Reversão da perda com derivativos	-	-	7.070	-	7.070
Saldo em 31 de dezembro 2020	1.024.410	-	-	(4.768)	1.019.642
Transações com acionistas:					
Aumento de capital	141.652	-	-	-	141.652
Redução de capital	(239.000)	-	-	-	(239.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	60.967	-	-	60.967
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(16.847)	(16.847)
Saldo em 31 de dezembro 2021	927.062	60.967	-	(21.615)	966.414

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(26.855)	(3.736)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(1.141)	(1.332)
Juros do arrendamento	4.733	-
Baixa de imobilizado e intangível	25	-
Depreciação direito de uso (IFRS 16)	9.664	174
	(13.574)	(4.894)
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Estoque	(941)	(157)
Contas a receber	(194)	-
Fornecedores	(92.400)	11.537
Arrendamento	-	415
Operações comerciais com partes relacionadas	598	2.590
Obrigações sociais e trabalhistas	2.416	4.085
Impostos, taxas e contribuições	(1.483)	2.336
Impostos a recuperar	(992)	(267)
Despesas antecipadas	2.313	(2.432)
Outros ativos e passivos	640	1.741
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	(103.617)	14.954
Fluxo caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(376.021)	(1.109.083)
Aplicações/Resgates em títulos e valores mobiliários	9.895	(5.178)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(366.126)	(1.114.261)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimo	150.059	849.941
Pagamento de juros e correção monetária sobre empréstimos	(110.445)	(7.478)
Custo de captação	-	(14.153)
Aumento de capital	141.652	814.240
Redução de capital	(239.000)	-
Depósitos vinculados	(78.709)	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	60.967	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de financiamentos	(75.476)	1.642.550
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(545.219)	543.243
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	545.227	1.984
No fim do exercício	8	545.227
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(545.219)	543.243

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Azulão Geração de Energia S.A. (a "Companhia" ou "Azulão") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e com filial na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Foi constituída em 05 de abril de 2018 com o objetivo de desenvolver, construir e operar projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural, bem como a participação no capital de outras sociedades simples ou empresariais, que possuam objeto social semelhante ao da Companhia.

2. Licenças e autorizações

A Azulão manteve o seu comprometimento em atender todas exigências das condicionantes de sua Licença de Instalação (LI) nº 091/19, mantendo a continuidade da construção do ativo UTE Jaguatirica II. Novas fases da construção e autorizações complementares avançaram ao longo de 2021, garantindo o cronograma de construção do ativo. Nesse período, destaca-se a emissão das licenças de Operação para Jaguatirica e Azulão e Licença Prévia para UTE Azulão I, com vencimento em novembro de 2026 e agosto de 2024 respectivamente.

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4 – "Resumo das principais práticas contábeis".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5 – "Estimativas e julgamentos contábeis críticos".

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022.

Declaração de continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está em fase pré-operacional e, conseqüentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas atividades, portanto, possui capital circulante líquido (CCL) negativo em R\$ 248.490. Entretanto, não podemos avaliar isoladamente o CCL negativo, principalmente em função da dinâmica dos desembolsos do financiamento, que ocorrerá à medida em que tivermos atendido as condições necessárias para que ocorram as liberações, os pagamentos aos fornecedores serão realizados através do Banco do Brasil, consumindo o saldo disponível para desembolso.

Adicionalmente, a controladora Eneva S.A. realiza aportes financeiros para cumprir os compromissos. Vide nota explicativa nº 18 – Eventos subsequentes. Por isso, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A administração entende que quando as operações iniciarem e a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos pelas demais companhias do grupo forem colocadas em práticas trarão resultados positivos assim como trouxeram as demais companhias do grupo para resultados positivos. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou sem impactos significativos, as alterações ao CPC 06 (R2) – “Arrendamentos” e do CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” sobre definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”, a partir de 1º de janeiro de 2021. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação com o IASB	Impactos contábeis
Revisão de pronunciamentos Técnicos nº 19		
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	Annual Improvements to IFRS Standards 2018- 2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	Sem impactos relevantes
Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido		
As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado	IAS 16	As receitas de teste serão registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos não são relevantes.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

5. Estimativas contábeis críticas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5.1 Estimativas

5.1.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

- (i) **Impostos a recuperar e diferidos** - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação, sendo o período estimado de realização de 5 anos após a entrada em operação da companhia, conforme Lei 12.973/14.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

	2021	2020
Caixa e bancos	2	1
Fundo de Investimento (a)	6	1.654
CDBs (b)	-	543.572
	8	545.227

(a) *Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú S.A.. Fundo é composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.*

(b) *Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%. A diminuição observada, deve-se aos resgates financeiros realizados para investimento no projeto em construção e pagamento aos acionistas por meio de redução de capital.*

7. Títulos e valores mobiliários

	2021	2020
Fundo de investimento (a)	10	8.764
	10	8.764

(a) *Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2022 e 2027 com liquidez diária e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos.*

8. Estoque

Prática contábil

Os estoques da Companhia são essencialmente compostos por materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia e exploração de gás. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente carvão) é o da média ponderada móvel.

	2021	2020
Materiais, suprimentos e outros (a)	78	157
Peças eletrônicas e mecânicas (b)	860	-
Lubrificantes e químicos	160	-
	1.098	157

- a. Saldo referente a materiais consumíveis necessários ao funcionamento da UTG. O saldo é substancialmente composto por estoque condensado e gás hidrogênio.
- b. O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas nas usinas e UTG.

9. Imposto a recuperar e diferido

Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.262	272
PIS	1	-
COFINS	1	-
	1.264	272

As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O encargo de IRPJ e a CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos baseados nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal dos ativos e passivos, bem como sobre o saldo dos prejuízos fiscais acumulados.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas.

Impostos diferidos

Abaixo a composição dos tributos diferidos por natureza de 2021:

	Ativo Diferido			Passivo Diferido	2021
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
Gastos pré-operacionais		9.414	9.414		9.414
IFRS 16	-	597	597	-	597
	-	10.011	10.011 (a)	-	10.011

	Ativo Diferido			Passivo Diferido	2020
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
IFRS 16	-	3	3	-	3
	-	3	3	-	3

(a) Expectativa de realização anual do ativo diferido:

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Expectativa de realização	2.002	2.002	2.002	2.002	2.002	10.011

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%), cuja conciliação com a correspondente despesa é demonstrada como segue:

	2021	2020
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	(26.854)	(3.736)
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	9.130	1.270
Outras diferenças permanentes	(376)	(422)
Ativo fiscal não constituído (a)	1.254	(845)
	10.008	3
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10.008	3
Total	10.008	3
Alíquota efetiva	(37,27%)	(0,08%)

(a) Refere-se a parcela de tributos diferidos que não foi registrada devido à incerteza quanto à sua recuperação.

10. Imobilizado

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição ou construção do ativo qualificável.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes serão capitalizados futuramente após o início das operações comerciais da Companhia, na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes serão registrados no resultado.

Composição dos saldos

	Terrenos	Imobilizado em Curso	Direitos de uso	Total
	-	-	3 a 24 anos	
Custo				
Saldo em 31/12/2019	2.624	236.231	-	238.855
Adições	200	510.084	582	510.866
Depreciação (a)	-	-	(174)	(174)
Movimentação MTM	-	41.084	-	41.084
Custo de transação	-	3.255	-	3.255
Adiantamento à fornecedores	-	565.957	-	565.957
Saldo em 31/12/2020	2.824	1.356.611	408	1.359.843
Adições	-	458.743	-	458.743
Contratos de arrendamento (b)	-	-	48.369	48.369
Depreciação (a)	-	-	(9.664)	(9.664)
Baixas	-	-	(25)	(25)
Adiantamento à fornecedores	-	104.265	-	104.265
Custos com empréstimos qualificado	-	127.864	-	127.864
Saldo em 31/12/2021	2.824	2.047.483	39.088	2.089.395

(a) A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis ou prazo contratual estimadas dos ativos (o menor entre eles). Conforme range de depreciação informado no quadro acima.

(b) Trata-se, substancialmente, de um novo contrato de prestação de serviços de reboque, operação e manutenção de carretas criogênicas para o transporte de gás natural liquefeito. A taxa de desconto é de 11,03%, de acordo com a vigência que é de 5 anos e possui parcela fixa mensal de R\$ 1 milhão, aproximadamente.

Avaliação de *impairment*

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada período de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo imobilizado.

Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

A Companhia avaliou que não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade pois não foram identificados indicativos de perda.

11. Fornecedores

Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

	2021	2020
Fornecedores (a)	168.688	45.075
	168.688	45.075

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, às obras de construção da usina termelétrica de Jaguatirica II, tendo como fornecedor principal a Techint Engenharia e Construção S.A., contratada na modalidade de EPC. O aumento é devido a finalização do cronograma da construção.

12. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	2021			2020				
						Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos													
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	14,42%	16/06/2036	(8.266)	600.000	3.509	595.243	(8.489)	490.617	2.687	484.815
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	14,90%	16/06/2036	(5.525)	400.000	2.274	396.749	(5.664)	359.323	1.915	355.574
						(13.791)	1.000.000	5.783	991.992	(14.153)	849.940	4.602	840.389
Depósitos vinculados						-	(78.709)	-	(78.709)	-	-	-	-
						(13.791)	921.291	5.783	913.283	(14.153)	849.940	4.602	840.389
									62.938				4.246
Circulante													
Não circulante												850.345	836.143

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):

Saldo em 31/12/2019	-
Novas captações	849.941
Juros incorridos	12.079
Pagamento de juros	(7.478)
Custo de captação	(14.153)
Saldo em 31/12/2020	840.389
Novas captações	150.059
Juros incorridos	16.297
Correção monetária	95.331
Pagamento de juros e correção monetária	(110.445)
Amortização do custo de captação	361
Depósitos vinculados	(78.709)
Saldo em 31/12/2021	913.283

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos dos empréstimos e financiamentos da Companhia são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável (Azulão-Jaguatirca) e, portanto, registrados como parte do custo do ativo imobilizado. O pagamento desses juros é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;

- (i) Direito dos credores de executar inspeções e visitas das instalações;
- (ii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iii) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (iv) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (v) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vi) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (vii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusula com *covenants* financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" mínimo de 1,3), apurados em balanço anual auditado a partir do terceiro ano da operação.

13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2021				2020			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros								
Caixa e Equivalente de Caixa	8	-	-	8	545.227	-	-	545.227
Títulos e valores mobiliários	-	-	10	10	-	-	8.764	8.764
Contas a receber	194	-	-	194	-	-	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	1.725	-	-	1.725	-	-	-	-
	1.927	-	10	1.937	545.227	-	8.764	553.991
Passivos financeiros								
Fornecedores	168.688	-	-	168.688	45.075	-	-	45.075
Empréstimos e financiamentos	913.283	-	-	913.283	840.389	-	-	840.389
Operações comerciais com partes relacionadas	4.038	-	-	4.038	3.440	-	-	3.440
Arrendamento mercantil	40.843	-	-	40.843	415	-	-	415
	1.126.852	-	-	1.126.852	889.319	-	-	889.319

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	10	-	10	-	8.764	-	8.764
	-	10	-	10	-	8.764	-	8.764

13.1 Risco cambial

A Companhia não possui contratos de câmbio relevantes, não tendo exposição cambial.

13.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2021	2020
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	8	545.227
Títulos e valores mobiliários	10	8.764
	18	553.991

13.3 Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						2021
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	168.688	-	-	-	168.688
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	4.038	-	-	4.038
Empréstimos e financiamentos	135.058	144.631	275.532	750.537	1.775.177	3.080.935
	135.058	313.319	279.570	750.537	1.775.177	3.253.661
						2020
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	33.315	11.760	-	-	45.075
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	3.440	-	-	3.440
Empréstimos e financiamentos	4.246	-	42.037	175.848	618.258	840.389
	4.246	33.315	57.237	175.848	618.258	888.904

13.4 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

14. Partes relacionadas

Empresas ligadas

A Companhia possui como principal empresa ligada a Eneva S.A.

Os saldos relativos as operações com partes relacionadas estão representadas da seguinte forma:

	2021	Passivo 2020
Operações comerciais		
ENEVA S.A. (a)	4.038	3.440
	4.038	3.440

(a) O saldo refere-se a operações de compartilhamento de despesas administrativas com a controladora Eneva S.A..

Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia.

15. Patrimônio Líquido

Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O capital social de Azulão Geração de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2021 e 2020, corresponde a R\$ 927.062 e a R\$ 1.024.410, respectivamente.

Abaixo o quadro societário da Companhia:

	2021		2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Eneva S.A	926.135	99,90%	1.023.386	99,90%
Eneva Participações S.A.	927	0,10%	1.024	0,10%
Total	927.062	100,00%	1.024.410	100,00%

Em 7 de abril de 2021, foi aprovada a redução de capital no valor de R\$ 239.000, tendo em vista julgar ser excessivo o capital social da Companhia em relação ao desenvolvimento de suas atividades futuras, a totalidade dos acionistas deliberou e aprovou, com fundamento no artigo 173 da Lei nº 6.404/76. Em outubro e dezembro de 2021, foram reavaliadas as necessidades de caixa da Companhia, e com isso, foram realizados novos aportes financeiros das controladoras como aumento de capital no valor total de R\$ 142.652.

16. Despesas por natureza

A composição das receitas e despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	2021	2020
Despesas administrativas e gerais		
Amortização (a)	(9.664)	(174)
Serviços de terceiros (b)	(8.228)	(3.281)
Despesas com pessoal	(38)	-
Impostos e contribuições	(48)	(72)
Aluguéis	(65)	(26)
Outras	(1.611)	(1.442)
	(19.654)	(4.995)
Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas (despesas) operacionais (c)	(3.280)	15
	(22.934)	(4.980)

(a) A variação está diretamente ligada as adições realizadas no imobilizado (direito de uso), consequente aumento na depreciação, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 - "Imobilizado".

(b) O saldo refere-se substancialmente a operações de compartilhamento de despesas administrativas com a controladora Eneva S.A..

(c) O aumento na rubrica, deve-se principalmente as despesas com doações de materiais de higiene, de saúde e de proteção individual devidos à proliferação da COVID-19

17. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	1.141	1.616
	1.141	1.616
Despesas financeiras		
Multa e juros pagos ou incorridos	(13)	(59)
Juros de passivos de arrendamento	(4.733)	(33)
Outros	(316)	(280)
	(5.062)	(372)
Resultado Financeiro	(3.921)	1.244

18. Eventos subsequentes

Usina Termelétrica Jaguatirica II (“UTE Jaguatirica II”) inicia operação comercial

A UTE Jaguatirica II, no estado de Roraima, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 48,653 MW, a partir de 15 de fevereiro de 2022. Em 9 de março de 2022 autorizado, a operação comercial da segunda unidade geradora, com capacidade instalada de 48,653 MW. Com isso, a UTE passa a ter uma capacidade disponível total de 97,306 MW.

Captação de recursos financeiros

Para honrar os compromissos de curto prazo, no primeiro trimestre de 2022, foram liberados pelo Banco do Brasil, através de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) o valor de R\$ 199.021, para pagamento aos fornecedores ligados à construção da UTE Jaguatirica II. Adicionalmente, as Controladoras realizaram aportes através de adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 73.060.

* * * * *

Diretoria

Lino Lopes Caçado
Diretor Presidente

Marcelo Habibe
Diretor

Controller

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0

Contador

Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RJ 106648/O-9